



**Centro Universitário de Brasília- UniCEUB**  
**Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES**

**Curso de Psicologia**

**Produção de Artigo**

## **A Inserção das Mulheres no Esporte: Sexismo e Exclusão**

Autor: Miguel Machado Silva de Avellar Fonseca

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Flávia do Amaral Madureira

Brasília - DF

Junho de 2022

## Resumo

Este artigo teórico tem como objetivo analisar os processos de exclusão e sexismo perante a inserção das mulheres no contexto esportivo, partindo de uma análise histórica que promove a desqualificação do esporte feminino. Para fundamentar a discussão, é desenvolvida uma análise sobre a dominação masculina e as relações de poder entre os gêneros. No decorrer dessa investigação, são analisadas as funções dos papéis sociais exercidos pelos gêneros, e qual o impacto que a dominação masculina exerce na atribuição de espaços sociais e práticas a determinados gêneros. A partir disso, se busca entender como esses discursos pautados em masculinidades hegemônicas constroem socialmente discursos que colocam a inferioridade feminina como algo supostamente de ordem biológica, quando na realidade é uma construção sociocultural histórica. Ademais, é apresentado um breve histórico acerca da participação das mulheres no esporte, desde a Grécia Antiga até os dias atuais, contemplando uma longa história de luta e exclusão, no qual as mulheres tiveram de batalhar para conquistar seu espaço no esporte, incluindo a participação em eventos como os Jogos Olímpicos. Por fim, é realizada uma análise dos mecanismos de desvalorização do esporte feminino, que funcionam com o intuito de manter uma relação hierárquica entre o esporte masculino e o feminino. Nessa análise, é problematizada a questão do sexismo como principal instigador da exclusão e desqualificação da prática desportiva feminina, e busca demonstrar como esses dispositivos operam e promovem a marginalização do esporte feminino.

**Palavras-chave:** Esporte; Gênero; Sexismo; Exclusão.

Nas Panatenéias (primeiros jogos olímpicos, Grécia Antiga), a integridade física da mulher já era questionada, visto que não eram permitidas nem que as mulheres admirassem o espetáculo como espectadoras devido à possibilidade de sofrerem danos fisiológicos, decorrentes da característica íngreme do local onde ocorriam as provas. No entanto, o motivo que impedia a participação da mulher na prática esportiva era outro: o acesso à cidadania por mulheres era uma possibilidade muito restrita, e tal empecilho coibiu a contribuição das mulheres ao espetáculo como atletas. A vigilância da mulher no quesito esportivo era tanta, que de acordo com o artigo nº 5 do regulamento dos jogos, mulheres casadas que assistissem a competições sofreriam com sanções de morte. (Oliveira et al., 2008).

Mais adiante, na Idade Média, as mulheres tinham uma participação equivalente a dos homens em atividades esportivas, inclusive em jogos populares com bola. Entretanto, no século XVII foi implicada uma mudança brusca, na qual a mulher perdeu seus direitos, sendo submetida a seu marido, quando casada, e a um parente homem mais próximo, quando solteira, o que acabou por excluir as mulheres da prática esportiva. A presença feminina nos esportes só voltou a acontecer no início do século XIX, período em que cavalheiros ingleses costumavam levar suas esposas para assistir a eventos como boxe e corridas de cavalo.

Assim, as mulheres iniciam a participação em ambientes esportivos caracteristicamente masculinos. (Oliveira et al., 2008).

O sexismo é uma prática cultural dominante em muitas culturas ao redor do mundo, inclusive nos países ocidentais, no qual pessoas de gêneros distintos recebem tratamentos diferentes desde a infância, construindo e dando continuidade a uma relação ideológica entre os gêneros, resultando na criação e manutenção de relações desiguais e assimétricas entre si. Portanto, a existência de uma dominação masculina, individual e coletiva, sobre as mulheres se insere tanto na esfera pública quanto na privada, e garante aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos (Welzer-Lang, 2001).

Madureira (2018) enriquece essa discussão ao explorar a conceituação do sexismo enquanto fenômeno de fronteira. A partir desta abordagem, é possível identificar a manutenção de uma fronteira simbólica rígida entre o que é culturalmente associado à masculinidade e à feminilidade, delimitando significados culturais, práticas e até espaços culturais de acordo com o gênero. Dito isso, a reprodução do sexismo opera estruturalmente na manutenção dessas fronteiras simbólicas rígidas e hierárquicas entre homens e mulheres, supondo uma impossibilidade de transposição dos valores pertencentes a cada “categoria”

No que tange à questão corporal, Bourdieu (2005) analisa o corpo enquanto socialmente construído. Isso, pois, fatores como a sexualidade e o corpo não são isoladamente biológicos, mas sim atravessados por determinações antropológicas, culturais. Então a constituição da sexualidade como tal faz com que se perca o senso da cosmologia sexualizada, enraizada numa topologia sexual do corpo socializado, compostos por significações sociais. Assim, é feita a atribuição em forma de oposição de coisas e atividades que se associam ao masculino e ao feminino, como por exemplo: o alto é associado ao masculino (lembra a ereção), e o baixo à mulher (posição sexual). E a partir de uma atribuição simples como alto e baixo, isso acaba se transpondo para inserções sociais, como a vida pública associada aos homens, e a vida privada às mulheres.

No estudo de gêneros, as mulheres são, muitas vezes, percebidas socialmente como objetos simbólicos perante a dominação masculina, de forma que seu *ser* corresponde a um ser-percebido, de forma a existir primeiramente para o olhar do outro, enquanto objetos atraentes e disponíveis. Esse poder simbólico promove um estado constante de insegurança corporal nas mulheres, que são reguladas de forma a apresentar uma imagem “feminina”, submissa, dócil, mesmo que não seja uma imagem verídica de sua feminilidade.

A partir das contribuições sobre a dominação masculina apresentadas por Welzer-Lang (2001), das contribuições sobre o sexismo enquanto fenômeno de fronteira apresentadas por Madureira (2018) e o corpo enquanto socialmente construído por Bourdieu (2005) é possível perceber que essas práticas culturais sexistas também se fazem presentes no contexto esportivo. Muitas são as críticas, ainda no momento presente (2022), em relação às mulheres que se empenham com maior foco no esporte, configurando uma longa história de sexismo.

A prática esportiva feminina é aceita na vida privada, mas quando é transposta para a esfera pública, reivindicando igualdade em relação ao esporte praticado por homens, torna-se objeto de rejeição. Isso ocorre diante da angústia, por parte do lado dominante, da desintegração dessa fronteira simbólica e com ela a hierarquia vigente. Se a prática de esporte por mulheres exigisse o mesmo reconhecimento que a prática esportiva masculina, a prática realizada pelos dois gêneros estaria sendo colocada no mesmo patamar, e questionaria a hierarquia existente, que coloca o esporte praticado por homens como superior ao praticado por mulheres. Tal opressão pode se manifestar por meio de injúrias, falas discriminatórias, discursos biologicamente reducionistas, e desvalorização da inserção das mulheres no esporte, como se elas estivessem em um ambiente que não lhes pertence.

Borrillo (2009) discorre sobre a utilização dos termos ‘homo’ e ‘hétero’ não somente como forma de distinguir sexualidades, mas a diferença homo/hétero serve na consolidação de uma hierarquia de sexualidades, no qual somente o heterossexual é tido como modelo social. A homofobia da qual se pretende destacar aqui é uma de dimensão cultural e de natureza cognitiva, na qual se rejeita a homossexualidade enquanto fenômeno psicológico e social, e não ao indivíduo homossexual. Dessa forma, o sexismo e a homofobia surgem como elementos básicos do regime binário de sexualidades.

Dessa forma, o sexismo e a homofobia surgem como elementos básicos do regime binário de sexualidades. Portanto, o termo homofobia não se restringe somente a indivíduos, por exemplo, gays e lésbicas, e Borrillo (2009) utiliza de duas classificações distintas para diferenciar os tipos de homofobia, sendo a de interesse para este artigo o conceito de ‘homofobia geral’. Esta, consiste em uma discriminação do indivíduo em razão de seu gênero, uma manifestação do sexismo. Classifica certas atividades, práticas e espaços sociais a um gênero específico, de forma a denunciar desvios, por exemplo, do feminino rumo ao masculino. A partir disso, é feita uma constante lembrança aos indivíduos, reforçando seu “gênero certo”. Consequentemente, ao praticar um esporte tido como caracteristicamente

masculino, a mulher estaria supostamente traindo sua identidade mais profunda, invadindo um espaço que não é reservado a seu gênero, não sendo pertencente “natural” desse ambiente (Borrillo, 2009).

Por conseguinte, nota-se que o esporte pode ser considerado como uma das esferas da cultura, que retrata e se espelha em valores e ideias machistas hegemônicas da sociedade ocidental, estes sustentados por estruturas patriarcais que ratificam o domínio masculino sobre o esporte (Dunning, 2014).

Ademais, se torna valioso para a análise deste tema destacar que a inserção masculina no esporte em detrimento da participação feminina é algo histórico e culturalmente construído, e não algo biológico ou de ordem fisiológica. Scott (1995) evidencia a existência de uma cultura baseada em masculinidades hegemônicas que legitima uma relação de dominação sobre o feminino, numa tentativa de legitimar essa dominação ao afirmá-la como se fosse algo da ordem fisiológica na diferença dos gêneros, quando na realidade é uma construção sociocultural histórica.

Ao destacar o caráter “fundamentalmente social/cultural”, não se pretende excluir ou negar a constituição do gênero envolvendo, também, aspectos biológicos. No entanto, busca-se realçar a construção simbólica, socialmente e historicamente produzida, sobre os aspectos biológicos. Tendo isso em vista, busca-se situar esse tema no campo social, visto que é nele que são construídas e reproduzidas as relações desiguais entre os sujeitos. Portanto, nada mais justo do que buscar a justificativa dessas desigualdades nos arranjos sociais, e não em diferenças biológicas. (Louro, 1998).

Essa construção social é algo que pode ser visto sendo estimulado desde uma fase jovem do indivíduo. Brown e Stone (2016) apontaram, a partir de um artigo que reúne pesquisas de grande relevância sobre estereótipos de gênero e discriminação na infância e adolescência, que garotas geralmente tendem a se sentir discriminadas por meninos e técnicos (*coaches*). Essa segregação se dá, por exemplo, no impedimento da participação de meninas em esportes tidos como “esportes para meninos”, assim como também foram relatados casos em que era naturalmente inferido que as meninas eram mais fracas do que os meninos, o que impactava diretamente na prática realizada nas aulas.

Essa distinção de gêneros enraizada, associada com comentários negativos em direção às meninas, resulta diretamente na escolha da modalidade esportiva que irão praticar. Geralmente os esportes que o indivíduo vai praticar são fortemente influenciados por estereótipos de gênero, sendo os esportes masculinos aqueles ligados à agressividade e

contato físico, enquanto a prática esportiva feminina é resumida a esportes esteticamente agradáveis, que se assemelham ao máximo com uma apresentação artística, sem o envolvimento de competição face a face.

Ademais, o crescimento da adesão feminina à realidade esportiva vem conquistando seu espaço e reconhecimento, inclusive nas mídias jornalísticas e desportivas. No entanto, nestes programas o esporte feminino não é tão falado ou apreciado quanto o masculino, de forma a minimizar as conquistas obtidas pelas mulheres em prol da potencialização da conquista masculina. Esse fenômeno foi denominado de *Gender-Bland Sexism*, que poderia ser traduzido como uma forma de sexismo “brando”, visto que a linguagem utilizada normaliza a hierarquia entre os esportes masculinos e femininos enquanto evita acusações de sexismo (Musto et al., 2017).

Diante do que foi apresentado anteriormente, a realização deste artigo teórico se torna relevante por analisar a magnitude dos impactos do machismo estrutural no contexto esportivo. Além disso, aborda o quanto esse elemento é nocivo para o meio esportivo, desde o abandono da prática até a escolha da modalidade que se deseja participar, enquanto também cria e reproduz uma imagem distorcida do esporte feminino, em constante comparação com o esporte masculino já consolidado.

O esporte feminino vem ganhando espaço no cenário brasileiro, recebendo transmissões de grandes emissoras, aumentando o número de ingressos vendidos nos estádios, e recebendo um maior apoio dos torcedores. Apesar disso, ainda é possível perceber o mesmo, e antigo, descaso por parte de certas autoridades e figuras de importância no meio esportivo, abalando a credibilidade e seriedade do esporte feminino, além de promover discursos sexistas e que desprestigiam o espaço conquistado pelas mulheres no esporte em detrimento do sucesso masculino no mesmo meio.

Portanto, este artigo teórico tem como objetivo analisar os processos de exclusão e sexismo perante a inserção das mulheres no contexto esportivo, partindo de uma análise histórica de práticas que promovem a desqualificação do esporte feminino. Para desenvolver a análise teórica da temática em foco, será desenvolvida, de forma integrada, uma contextualização histórica da luta feminina para conquistar seu espaço no esporte, enquanto também se expõe discussões sobre a dominação masculina e o sexismo, relacionando sua transposição para o mundo do esporte.

Fundamentado nesse escopo de interesse, serão também explicitadas situações de desvalorização do esporte feminino, pautadas em masculinidades hegemônicas e prevalentes,

como a imposição de certas modalidades desportivas ao gênero feminino, os discursos que circulam na nossa sociedade sobre certas práticas esportivas levarem a um corpo mais ‘masculinizado’, a sexualização do corpo feminino na prática desportiva, entre outras temáticas.

### **Dominação Masculina e Sexismo**

Ao utilizar o conceito de dominação masculina, é possível supor que haja uma relação entre os gêneros imposta de forma hierárquica, não-horizontal, pautadas em alguma forma de desigualdade. Welzer-Lang (2001), no entanto, afirma não gostar do termo desigualdade nessa situação. De acordo com o autor, esse termo infere que as situações em que homens e mulheres se encontram nada mais são do que resultados imparciais de um sistema global, supondo uma horizontalidade entre os gêneros na análise. Quando, na realidade, as desigualdades vivenciadas pelas mulheres são consequência direta do desequilíbrio a favor dos homens, dispondo de vantagens.

Por exemplo, está implícito que os papéis sociais assumidos pelos pais demandam que estes trabalhem, e os assumidos pelas mães requerem que elas estejam responsáveis por cuidar das tarefas domésticas, como a criação de seus filhos. O que não está claro, porém, é o princípio dessas disposições sociais, assim como o motivo delas se articularem a partir da divisão sexual do trabalho. Pois, assim como esclarece Scott (1995), não é possível a compreensão destas questões sem destacar a relevância dos sistemas de significados, ou seja, a forma como as sociedades representam o gênero e, a partir dele, forjam regras que orientam as relações sociais.

Pois, assim como destaca Valsiner (2012), é importante levar em conta a história cultural de diferentes sociedades, pois tal história frequentemente está interligada com as principais instituições sociais que orientam os sistemas de valores de tal sociedade. No entanto, as normas sociais não são absolutas. Elas se desenvolvem ao longo da interação entre os indivíduos, e podem modificar-se eventualmente e gerar mudanças nas estruturas e, possivelmente, hierarquias sociais.

Provocadas pela dominação masculina são as variadas assimetrias experimentadas entre os diferentes gêneros, que vivenciam o mesmo fenômeno de maneiras distintas, além de atribuir ao masculino funções nobres e ao feminino funções de pouco valor (Bourdieu, 2005).

Importante ressaltar que esta divisão desigual, baseada no gênero, se mantém ao longo da história por violências contra as mulheres.

Um forte meio de controle das mulheres se deu por meio do dispositivo amoroso. Como afirma Zanello (2018), os sentimentos não são naturais, mas atravessados pela cultura em determinado momento histórico e sociedade. E o amor, enquanto sentimento, se inclui nessa descrição, sendo este vivenciado de formas diferentes por cada gênero, classe social e idade.

Na Idade Média, a Igreja Católica teve um papel muito forte no controle da sexualidade feminina, considerando como ideal para casar a mulher que fosse fiel, pura e generosa, atribuindo um valor especial à virgindade. Dito isso, a função do casamento para a mulher não era puramente por questão de status, mas garantia benefícios políticos, como: impedir o abandono completo e financeiro por parte de seu esposo ou até proteção contra grandes atos de violência. Pode-se dizer que era uma forma de conquistar mais direitos.

A situação, porém, não era a mesma para os homens. Enquanto das mulheres se esperava submissão e fidelidade, dos homens era exigido o *status*, bens e nome de família. A sexualidade em questão no casamento era, de fato, voltada para a reprodução. No entanto, o homem tinha como um direito exclusivo o seu desejo sexual, de forma a ter a liberdade de satisfazer seus impulsos sexuais com outras mulheres, além de seu casamento. (Zanello, 2018).

As atividades e atribuições associadas ao gênero masculino e feminino são colocadas como opostas entre si, como vida pública para o homem e vida privada para a mulher, atividade e passividade, dominação e submissão. Esse esquema de pensamento legitima as desigualdades entre os gêneros como se fosse de natureza biológica, naturalizando esse discurso pautado em diferenças dos gêneros como algo inevitável e universal, quando na realidade se trata de um discurso social e culturalmente construído.

Entretanto, não são os aspectos biológicos, a presença ou ausência do falo que sustenta essa visão de mundo, e sim uma visão pautada em gêneros relacionais. Consiste em determinar o que é diferente entre os corpos biológicos e situar em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, delimitando gêneros construídos como duas categorias sociais hierarquizadas. Logo, a força da dominação masculina vem do fato dela validar uma relação de dominação sobre o gênero feminino, deslocando-a para uma natureza biológica quando, na realidade, se trata de uma construção social naturalizada (Bourdieu, 2005).



Essa construção consolidada, ao ser reproduzida historicamente, produz e reforça o sexismo, que se configura como um tipo de preconceito, como uma expressão da violência contra o gênero feminino. Pérez-Nebra e Jesus (2011) discutem como a manifestação de qualquer tipo de preconceito ocorre em tanto em planos imperceptíveis, sutis, quanto de forma explícita. Ainda de acordo com as autoras, esse processo de negação da humanidade do outro é resultado da negação de certas características humanas aos participantes de outros grupos, que constituem a “essência humana”. Logo, os grupos opressores inferiorizam o grupo oprimido, associando-lhes a características exclusivamente negativas.

Cabe mencionar que Madureira (2018) utiliza do conceito de fronteiras simbólicas rígidas para analisar a questão do preconceito. Assim como foi mencionado no presente artigo, essas fronteiras demarcam atividades, espaços sociais, formas de se comportar que são culturalmente atribuídas a um dos gêneros. Podem ser vistas então como barreiras culturais que evitam a transposição desses dois “mundos”, evitando que se misturem, e com isso, elas operam na manutenção do sexismo no cotidiano, ou seja, na manutenção de uma relação hierárquica e vertical entre homens e mulheres.

Silva (2000) afirma que o processo de afirmação da identidade consiste na demarcação de fronteiras, de forma a tornar possível a distinção entre o que está dentro e o que está fora. Portanto, a construção da identidade está fortemente relacionada com a distinção em relação ao outro, enquanto pode ao mesmo tempo reafirmar relações de poder, mas não necessariamente.

No que tange às relações de poder entre gêneros, a reprodução do sexismo diariamente tem a capacidade de transformar fronteiras semipermeáveis, que simbolicamente apontam as diferenças entre os gêneros, em barreiras não permeáveis, que destacam as diferenças de forma rígida, implicando em um entendimento hierárquico sobre as relações de gênero, enquanto também apresenta um papel importante na manutenção dessas relações de poder historicamente estabelecidas. A partir disso, a relação do Eu-Outro deixa de envolver somente a percepção de diferença e passa a ser uma relação hierárquica, de inferioridade e superioridade, com o potencial de atingir o nível de intolerância e desejo de extermínio do outro (Madureira, 2018).

A partir disso, Almeida (2014) utilizou do termo violência de gênero para descrever ações violentas direcionadas ao feminino, produzidas em ambientes e situações relacionais, seja de forma direta ou indireta, em esferas domésticas, públicas e em conflitos internacionais. Essa violência voltada ao feminino apresenta uma função: manter ou reforçar

a posição de domínio, enquanto também atua como ferramenta de controle social, reprimindo transgressões das mulheres aos regimes de gênero já consolidados, que poderiam estar passando por uma transição produzida pela inserção feminina em espaços culturais-simbólicas anteriormente dominados exclusivamente por homens (Almeida, 2014).

Uma das formas de violência de gênero se dá por meio da exclusão. Esta pode se manifestar a partir de diversas formas: segregação (afastamento, distanciamento), marginalização (manutenção de um indivíduo à parte de algo maior) ou discriminação (negação de acesso a recursos, papéis ou status). (Pérez-Nebra & Jesus, 2011).

No caso das relações de poder no campo dos estudos de gênero, é possível identificar o processo de discriminação, no qual a mulher é impedida de habitar certo espaço social, de realizar práticas específicas, no geral de habitar um mundo tido como masculino. E, ainda por cima, quando acabam por “invadir” o espaço masculino, sofrem com práticas abusivas e falas ofensivas, frequentemente sexistas, que questionam a capacidade de alguém do gênero feminino ocupar aquele espaço.

Isso acontece, por exemplo, no contexto esportivo. Por meio da classificação em categorias, por meio de uma divisão social pautada no gênero, atribuir características a um conjunto de objetos ou atividades pode servir para encaixá-lo como pertencente a uma das categorias. Logo, basta que se fale de futebol, por exemplo, para que o homem sinta ter atribuído a si uma atividade típica de seu gênero. (Jodelet, 2014).

À vista disso, o ato de dividir em categorias, como a divisão de gêneros, demarca o meio social em classes, cujos integrantes se veem como equivalentes baseado em características, ações e intenções comuns. Portanto, a acentuação de semelhanças dentro de uma categoria e da diferenciação para com outros grupos engatilha o potencial de desencadeamento de ações mais drásticas, favorecendo discriminações enquanto também promove vieses favoráveis ao grupo do qual se faz parte, enquanto desqualifica o grupo que se distingue. (Jodelet, 2014).

Isso pode ser visto no mundo do esporte, no qual o grupo dominante, o masculino, tem associado a si uma imagem de um bom desempenho esportivo. E enxergando o grupo de homens como uma categoria social, este tende a desqualificar a prática esportiva feminina, com constantes discursos discriminatórios que invalidam a capacidade das mulheres de realizarem o esporte tão bem quanto os homens. Esse processo discriminatório é pautado em uma longa construção histórica sociocultural, como a próxima seção discute mais detalhadamente.

## **A Inserção das Mulheres no Esporte: Um Breve Panorama Histórico**

O caminho percorrido pelas mulheres até a conquista do espaço que têm nas sociedades contemporâneas é constituído por muitos empecilhos, resistências e políticas de exclusão, pautadas por uma ideologia patriarcal. Atualmente, no século XXI, as mulheres têm o direito de exercer sua liberdade como nunca foi antes, podendo agir de forma independente, sem a necessidade de associação com uma figura masculina, explorar sua sexualidade e, de extrema importância para este artigo, praticar o esporte que bem entender. No entanto, essa liberdade nem sempre esteve ao alcance das mulheres, que percorreram uma longa história de luta e de dominação masculina para que as mulheres pudessem conquistar o seu espaço no contexto esportivo.

Como destacado anteriormente, durante a Grécia Antiga, as mulheres se depararam com diversas condições que ameaçam sua integridade física, inclusive sua vida, caso entrassem em contato com espetáculos esportivos. Com o tempo, a tendência era que essas condições fossem cada vez menos presentes, porém ainda necessitou de muito tempo para chegar ao patamar que o esporte feminino se encontra hoje. Na Idade Média, devido às questões mais voltadas às masculinidades que às feminilidades, as mulheres passaram a frequentar ambientes que permitiam o contato feminino com o esporte. Seja por meio do cortejo, no qual os cavaleiros na Europa levavam suas esposas para eventos esportivos, ou por meio da prática de esportes com bola, no qual as mulheres eram permitidas praticar. (Oliveira et al., 2008).

Entretanto, o futuro não era tão promissor quanto parecia na Idade Média. Os jogos olímpicos voltaram a acontecer em 1896, na Grécia, após um longo período sem sua realização. Porém, a participação feminina em tal espetáculo foi impedida por Pierre de Frédy, o Barão de Coubertin, presidente do COI (Comitê Olímpico Internacional) na época, que incentivou o retorno das Olimpíadas. O então presidente tentou manter as mulheres distantes da participação nos jogos olímpicos por acreditar que elas poderiam “vulgarizar” um espetáculo voltado para honras e conquistas. (Oliveira et al., 2008).

Isso pois, na época de Coubertin, era vigente a construção social de que as diferenças de gênero seriam demarcadas exclusivamente por condições biológicas. Por conseguinte, as concepções biológicas que se tinham na época sobre o corpo feminino atribuíam as mesmas características passivas, como um gênero frágil e que devia se voltar para a maternidade e

para o lar. Enquanto isso, os homens eram associados a conceitos como o de virilidade, potência e moralidade. Então, a participação das mulheres no esporte naquele período era vista como potenciais transformadoras do corpo feminino, capaz de masculinizá-las e conceder atributos tidos como viris (Giglio et al., 2018).

O que aconteceu, de fato, é que a participação das mulheres nos jogos olímpicos aconteceu lentamente, e de forma discreta e turbulenta, sendo muito dificultada pela dominação masculina. A primeira participação oficial das mulheres nas Olimpíadas se deu em 1900, no golfe e no tênis, modalidades classificadas na categoria de exibição, pois eram consideradas belas esteticamente e “preservavam” a beleza corporal feminina, pela ausência de contato físico. Mas a entrada das mulheres nesse evento se dava de forma muito lenta, tanto que até 1908 o número de mulheres associadas aos jogos olímpicos era quase 60 vezes menor do que o número de homens (Giglio et al., 2018).

A situação começou a mudar significativamente no fim da década de 1910, no qual diante do não acontecimento das Olimpíadas de 1916, devido à primeira guerra mundial, houve então uma maior pressão pela inclusão das mulheres, que promoveu uma tensão nas exclusões promovidas pelos homens. Levando em conta essa pressão, em 1917 a francesa Alice Melliat fundou a FEFI (Federação Esportiva Feminina Internacional), que foi fundamental para a inclusão feminina nos jogos olímpicos. A FEFI conseguiu cumprir seu objetivo quando conseguiu oficialmente, em 1936, integrar as mulheres às Olimpíadas junto ao COI. (Oliveira et al., 2008).

Não obstante, ainda havia muitos obstáculos a serem vencidos pelas mulheres até a conquista de seu espaço no cenário esportivo, nacional e internacional. A prática do futebol feminino em território brasileiro era, até a década de 1940, proibido sob a alegação de causar danos à saúde da mulher. Até 1960, somente atrizes, vedetes e modelos simulavam jogos de futebol na realização de comerciais. (Furlan & Santos, 2008).

Além do futebol, esportes de natureza muito física como rugby, halterofilismo e baseball também foram proibidos. A proibição só foi revertida nos anos de 1980, que promoveram, por exemplo, o surgimento de clubes femininos em vários cantos do Brasil. No entanto, as dificuldades culturais e materiais sempre estiveram presentes, fazendo com que a prática esportiva ora expandisse, ora retardasse, dificultando a consolidação do esporte feminino. (Franzini, 2005).

Ainda assim, o cenário feminino no esporte não é tão negativo quanto já foi, e apresenta um futuro muito promissor. Se nas primeiras Olimpíadas, em Atenas, o número de

participantes mulheres era 22 em 1997, nos jogos olímpicos de 2004 também em Atenas, as mulheres eram 4329 em 10625, representando 40,74% dos competidores. (Giglio et al., 2018).

Então, se em épocas anteriores o principal motivo da ausência de mulheres em provas era um discurso reducionista em termos biológicos, esse cenário claramente mudou, mesmo que ainda se questione a presença feminina em certas modalidades, é possível olhar para o futuro com esperança, buscando reverter essa situação e conquistar um espaço ainda maior no meio esportivo.

Atualmente, ainda é possível perceber a existência de discursos sexistas que impedem que as mulheres desenvolvam as habilidades esportivas na modalidade que desejam. Apesar de ter vindo de uma longa caminhada cheia de conquistas, o esporte feminino ainda se vê ditado por uma dominância masculina.

E por mais incrível que pareça, uma potencial solução para esse problema também é uma grande reprodutora de sexismos. O ambiente de educação física escolar é onde o indivíduo, muitas vezes, começa a ter um maior contato com práticas desportivas, ocorrendo em um período ainda de formação do sujeito. A escola, enquanto instituição que tem grande influência nas funções educacionais e de formação social, constrói e reproduz atos que claramente demarcam o que é considerado como particularmente masculino e particularmente feminino.

Destarte, o problema está na associação do esporte ao mundo masculino, imagem que é construída desde cedo na escola, pautada na imagem de um homem forte, vitorioso e dominante. Enquanto isso, as meninas são socialmente percebidas como seres frágeis, dóceis e passivos, características estas realçadas no momento de introdução de modalidades esportivas nas aulas de educação física escolar, no qual as mulheres têm sua associação ao esporte limitada a modalidades consideradas esteticamente agradáveis, valores estes que eram estimulados durante o século XIX, reafirmando o caráter ultrapassado do modelo de aulas da educação física nas escolas. (Furlan & Santos, 2008).

E no momento em que meninas, tanto no ambiente escolar quanto profissional, buscam transpor as fronteiras simbólicas rígidas (barreiras culturais) para praticar o esporte tido como de caráter masculino, estas se veem sendo alvo de críticas sexistas, com discursos que duvidam de sua capacidade características fisiológicas, ou até mesmo críticas homofóbicas, que enxergam a mulher como uma traidora de seu gênero por estar praticando

um esporte socialmente e historicamente classificado como masculino, então essa mulher, de acordo com esses discursos, deve ser “sapatão, machona”.

Portanto, o longo processo de inserção histórica das mulheres no esporte é composto por muitas adversidades e barreiras. A partir de empecilhos causados pela dominância masculina, com discursos sexistas que questionam a capacidade física feminina, associado a questões técnicas, como a falta de incentivo à prática esportiva feminina, ausência de campeonatos exclusivos e discursos sexistas e homofóbicos, é possível identificar uma forte resistência contra a inserção feminina no contexto esportivo que visa a manutenção de uma hierarquia de gênero historicamente construída.

Dito isso, a próxima seção terá seu foco dedicado às questões de gênero e à dominância masculina no mundo esportivo, analisando desdobramentos e como se opera a exclusão das mulheres no esporte.

### **Sexismo e Exclusão no Contexto Esportivo**

Ao falar sobre a prática de esportes, é inevitável fazer a relação com os diversos benefícios que essa atividade pode proporcionar. É possível relacionar a prática desportiva com a melhora da qualidade de vida, tanto no condicionamento físico, quanto na saúde mental. Entre essas vantagens, podemos destacar o despertar de qualidades, como o desenvolvimento de habilidades, benefícios de saúde e qualidade de vida, desenvolvimento de qualidade pessoais (autoconfiança, disciplina, superação) e inclusive a inserção social (Vianna & Lovisolo, 2011).

O esporte pode ser visto com um grande potencial em termos de socialização, visto que tem a capacidade de alcançar valores tais quais coletivismo, amizade e solidariedade, além de ensinar lições importantes, como por exemplo: lidar com a derrota e competir de forma justa. Portanto, a prática de esportes também tem uma forte relação com a saúde mental e de como o indivíduo se enxerga a partir dessas atividades. Logo, é importante que haja um interesse maior da Psicologia perante o potencial dessa prática, concebendo o esporte enquanto possibilidade terapêutica.

Ao refletir sobre essa capacidade de promoção da qualidade de vida que os exercícios físicos promovem, tanto na saúde quanto na inserção social, é possível notar que o ambiente desportivo ainda é, de certa forma, restrito às mulheres. Para tanto, o esporte deveria ser

estimulado enquanto prática também feminina desde a infância, durante práticas de educação física escolares, por exemplo.

No entanto, as atividades de educação física escolar ajudam na construção e reprodução de uma imagem de que os esportes pertencem, majoritariamente, ao mundo masculino, deixando somente algumas modalidades tidas como mais estéticas para as mulheres. Isso porque, durante a introdução dos esportes nessas aulas, as meninas são tidas como frágeis, dóceis e passivas, enquanto os meninos têm associados a si a imagem de agressivos, dominantes e competitivos, características que são relacionadas aos esportes nesse ambiente escolar (Furlan & Santos, 2008).

Portanto, reconhecendo esse ambiente esportivo como hegemonicamente masculino, a prática esportiva por mulheres, com a conseqüente conquista de espaço, poderia se desenvolver enquanto uma alternativa para o empoderamento feminino, a partir do desenvolvimento de habilidade que estimulam a sua autonomia, como liderança, assertividade, lidar com a ansiedade, estresse, além do impacto na forma que essas mulheres se relacionam com o próprio corpo, atuando na sua aceitação independente de padrões de beleza vigentes. (Almeida, 2020).

De acordo com Sardenberg (2017), o empoderamento feminino vai em direção da conquista da autonomia e autodeterminação, de forma a desgarrar-se da opressão de gênero e dominação masculina, enquanto também visa contribuir com a desconstrução da hierarquia patriarcal nas sociedades contemporâneas, que reproduzem essa opressão de gênero.

Altmann (1999) realça a diferença entre a competição esportiva de homens e disputas de homens *versus* mulheres. De acordo com a autora, nesses embates, ao invés dos meninos se sentirem desafiados, estes se sentem na obrigação de vencer, sentem-se ameaçados. Isso, pois, a derrota para o gênero feminino poderia demonstrar que o gênero feminino é capaz de apresentar grande habilidade no desempenho esportivo, e então superar o discurso socialmente construído de que homens são biologicamente melhores do que as mulheres no esporte.

Diante dessa situação, Borrillo (2009) explora os conceitos de homofobia e do sexismo como elementos básicos do regime binário de sexualidades e gênero. O termo homofobia não se dirige somente aos homossexuais, mas aos indivíduos que destoam em relação às normas sexuais, no caso da mulher praticante de esportes, a homofobia geral. Esta pode ser descrita como uma manifestação do sexismo, no qual indivíduos se encontram sendo

discriminados em razão do seu gênero. Isso acontece quando essas pessoas apresentam certas qualidades ou práticas que são tradicionalmente associadas ao outro gênero.

No caso das mulheres praticantes do esporte, essa homofobia se dirige a mulheres que não se encaixam em uma definição tradicional de feminilidade. É feita uma espécie de “vigilância de gênero”, no qual é denunciado os desvios do feminino em direção ao “tradicionalmente” masculino, de forma a lembrar constantemente o gênero de origem deste indivíduo, e que ao realizar tal prática este estaria traindo ao mesmo (Borrillo, 2009).

E a prática de atividades desportivas por parte das mulheres é muito semelhante à relação de competição anteriormente falada, na situação de meninos *versus* meninas. Uma vitória das mulheres em uma disputa direta com homens demonstraria um cenário de igualdade na capacidade dos gêneros de praticar aquele esporte. É válida essa comparação, pois, a prática feminina é aceita na esfera íntima da vida privada, porém passa a ser intolerável assim que reivindica publicamente sua equivalência à prática masculina. Isso porque existe uma angústia ao ver essa equivalência sendo reconhecida, visto que tornaria possível a queda da fronteira rígida (sexismo) que demarca o lugar hierarquizado da ordem masculina no esporte.

Pelo fato da situação no mundo esportivo ainda ter um grande domínio masculino, existe um movimento que pretende manter essa hierarquia entre os gêneros e dificulta a inserção das mulheres nesse ambiente. Inicialmente, podemos destacar o pouco espaço conquistado pelas mulheres em cargos administrativos no meio esportivo. A atuação feminina como técnicas esportivas ainda é muito escassa, principalmente em alto nível. Além da pouca participação feminina em altos cargos nas confederações máximas dos esportes, e nas comissões técnicas, que são principalmente ocupadas por homens. (Goellner, 2005).

Além disso, a dificuldade da inserção feminina no esporte ainda perpassa muitos aspectos técnicos, entre os quais podemos citar: poucos campeonatos regionais e nacionais, falta de incentivo, ausência de representação feminina em entidades que regem as modalidades desportivas e pouca visibilidade, ainda que esta última esteja em evolução ultimamente. (Furlan & Santos, 2008).

No entanto, ainda existe um problema antigo que não foi superado: o preconceito com o esporte feminino. É comum que se ouça, de conversas informais até em programas televisivos, a desvalorização do desempenho esportivo feminino. Este se faz por meio de diversas maneiras, entre as quais podemos citar a desvalorização do esporte feminino a partir da comparação com o sucesso masculino.



Musto e outros (2017) utilizaram do conceito de *Gender-Bland Sexism* para descrever o fenômeno de desprestígio do mérito feminino nos esportes em programas jornalísticos e televisivos, de forma a menosprezar o sucesso conquistado por mulheres ao compará-los com aqueles dos homens. A tradução desse fenômeno seria como um “sexismo brando”, utilizando desse adjetivo pois faz referência à forma que esse sexismo se apresenta, de maneira discreta, em uma linguagem que normaliza a hierarquia entre homens e mulheres enquanto ainda desvia de acusações de falas sexistas.

Nesses programas, se torna relevante destacar que a esmagadora maioria dos apresentadores são homens, o que sugere uma baixa representatividade feminina também no jornalismo esportivo. Além disso, as autoras destacaram que a abordagem da cobertura televisiva de esportes masculinos é muito diferente de quando se trata de competições femininas. Ao acompanhar esportes masculinos, são utilizados cortes dinâmicos, mais ângulos cinematográficos e efeitos especiais, com foco no desempenho, enquanto nas disputas femininas, existe muito o foco na mulher enquanto um objeto sexual, com maior foco no corpo da mulher, e em cortes que as mostram no pós-competição, sem uniforme e fora de campo, para se adequar ao ideal masculino que se tem das mulheres (Musto et al., 2017).

E ainda na tentativa de destacar positivamente o trabalho feminino, isso é feito com discursos sexistas. Tem sido muito frequente o discurso de “bonita, porém poderosa”. Com isso, as autoras ressaltam que hoje em dia as atletas enfrentam uma maior diversidade de sexismos do que anteriormente, porém constantemente associadas com sua aparência física. Isso se encaixa no modelo que os valores de beleza hegemônicos tentam produzir em atletas mulheres, buscando torná-las mais “femininas”, com destaque para esportes em que o padrão são mulheres com aparências tidas como mais “masculinizadas”, e com isso seria possível atrair mais público e patrocinadores. (Almeida, 2020).

A forma com que se manuseia a imagem da mulher enquanto atleta se associa com a discussão de Loponte (2002), que analisa a inexistência de uma neutralidade e de uma única maneira de se ver uma imagem. A sexualidade presente na forma que as mulheres são retratadas não é algo dado pela natureza, mas sim algo que envolve processos culturais. Além disso, ao retratar a imagem feminina, tanto na realidade esportiva, quanto nas artes visuais, quem está no comando dessas representações, normalmente são homens.

Isso aponta para um constante controle da sexualidade e da aparência corporal feminina sendo ditada por padrões impostos por homens que tendem a sexualizar as

mulheres. E dentro desses esportes tipicamente masculinos, as mulheres sofrem mais para ingressar em tais modalidades. O momento de entrada nesse esporte é constantemente impedido por comentários de cunho homofóbico, no qual a mulher desvia do “tipicamente feminino”. E com isso, é possível perceber a exclusão da participação das mulheres nesse esporte, por falta de incentivo, barreiras práticas (como a ausência de torneios), a partir do preconceito de que esse esporte é masculino, logo, existe um abismo de financiamento e de incentivo entre a prática dessas modalidades por atletas homens e mulheres.

A análise que este artigo buscou tornar claro gira em torno da relevância que os padrões estéticos têm na sociedade atual, assim como os estereótipos de gênero. Tanto o gênero do participante, quanto a sua aparência corporal dentro da modalidade são fundamentais na “facilidade” que este terá na participação em tal esporte. Além disso, se torna de grande relevância destacar que a existência de uma relação entre a aparência corporal e o sucesso que o esporte vai alcançar é um fenômeno que está, praticamente, restrito à prática desportiva feminina.

### **Considerações Finais**

O debate sobre questões de gênero a partir da inclusão no esporte promove diversas reflexões. Primeiramente, nota-se a importância de compreender que o esporte pode ser considerado como uma das esferas da cultura, que reflete valores e ideias hegemônicas da sociedade, sustentados por estruturas patriarcais que ratificam o domínio masculino sobre o esporte (Dunning, 2014).

Portanto, para que seja possível entender a dominação masculina sobre o esporte, é mais que necessário entender como essa hierarquia de gêneros foi estabelecida, e em seguida, como e porquê foi transferida ao esporte. Como Bourdieu (2005) destaca, existe uma categorização de características e atividades que se encaixam como (supostamente) constituintes de um gênero específico. É de extrema relevância compreender que essas atribuições são socialmente construídas, mesmo que sejam comumente consideradas como se fossem pautadas em diferenças biológicas.

Com isso, Scott (1995) revela uma validação cultural perante uma relação de dominação do masculino sobre o feminino, enquanto a insere em uma natureza fisiológica dos gêneros, enquanto é na realidade uma construção social naturalizada. E assim, essa

construção é transposta ao esporte, pois assim como Dunning (2014) reflete, o esporte reflete valores e ideais hegemônicos da sociedade, e então, frequentemente, reproduz sexismos no contexto esportivo também.

No entanto, é possível se ter um pensamento otimista quanto ao futuro do esporte feminino, pois ao realizar uma contextualização histórica da inserção das mulheres no esporte, nota-se que essa prática caminhou de um patamar em que as mulheres não poderiam nem admirar o espetáculo, podendo sofrer com uma pena de morte, até uma realidade atual onde a participação das mulheres em competições são significativamente maiores, além da existência de um movimento que reconhece e incentiva essa inclusão, promovendo a desconstrução de preconceitos no esporte.

É de fundamental importância reconhecer o potencial das aulas de educação física escolares na desconstrução da masculinização do esporte. É no ambiente escolar que, muitas vezes, são produzidas e reproduzidas ações que demarcam o que é constituinte do mundo masculino e do mundo feminino, tendo reforçado a associação do esporte às masculinidades. (Furlan & Santos, 2008).

Isso porque a educação física escolar é uma das primeiras oportunidades de contato entre a criança e o esporte, então é importante que no momento de introdução de modalidades esportivas, não se restrinja modalidades a gêneros específicos. É interessante que haja a construção cooperativa de gêneros, podendo operar de forma conjunta visando atingir um fim comum, de forma a não reproduzir exclusões de gênero. E assim, participar na construção de uma geração menos preconceituosa e mais unida.

Por último, deve-se reconhecer a importância da Psicologia associada ao esporte. Ao longo do artigo foram destacados alguns pontos positivos da prática de esportes, e muitos afetam diretamente a saúde mental do praticante. Seja a partir da inserção social em algum grupo, que gera um sentimento de pertencimento, ou por meio da aquisição de um novo hobby, a prática desportiva afeta diretamente a saúde mental, inclusive na autoimagem que o indivíduo tem de si.

Portanto, é possível destacar algumas possibilidades de atuação do psicólogo relacionado ao esporte. Pode-se utilizar o esporte como um complemento à psicoterapia, o psicólogo pode ajudar na conscientização da importância da prática de atividades físicas na saúde física e mental do indivíduo, além de também ter um papel fundamental no trabalho de foco, lidar com pressão, expectativas, e outras habilidades com atletas profissionais. (Almeida, 2020).

A atuação da psicologia voltada para o mundo esportivo ainda é algo muito novo na realidade brasileira, porém têm conquistado um espaço maior recentemente e ainda tem muito potencial, visto que é considerado de suma importância em esportes de alta-performance em competições internacionais. Isto, pois, além de serem atletas, são também seres humanos com suas individualidades, qualidades e vulnerabilidades.

## Referências Bibliográficas

- Almeida, T. M. C. (2014). *Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial*. *Revista Sociedade e Estado*, 29(2), 329-340.
- Almeida, V. (2020). *Os Esportes e seu Potencial Empoderador para as Mulheres Praticantes: Uma Possibilidade Real?*. TCC UniCEUB.
- Altmann, H. (1999). *Rompendo fronteiras de gênero: mariais (e) homens na educação física*. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.21, p.112-117; 175-176.
- Borrillo, D. (2009). *A homofobia*. Em Lionço, T. & Diniz, D. (Orgs), *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp. 15-46). Brasília: Letras Livres / Editora da Universidade de Brasília.
- Bourdieu, P. (2005). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brown, C. S. & Stone, E. A. (2016). *Gender Stereotypes and Discrimination: How Sexism Impacts Development*. *Advances in Child Development and Behavior* ( J.B. Benson, Series Ed.), Vol. 50
- Dunning, E. (2014). *Sociologia do Esporte e Processos Civilizatórios*. 1a Edição. São Paulo: Annablume.
- Franzini, F. (2005). *Futebol é "Coisa para macho"?: Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol*. *Rev. Bras. Hist.* 25 (50).
- Furlan, C. C.; Santos, P. L. (2008). *Futebol Feminino e as Barreiras do Sexismo nas Escolas: reflexões acerca da invisibilidade*. *Motrivivência Ano xx, N° 30, P. 28-43*
- Giglio et al. (2018). *Desafios e percalços da inserção da mulher nos jogos olímpicos*. *Recorde, Rio de Janeiro*, v. 11, n. 1, p. 1-22.
- Goellner, S. V. (2005). *Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história*. *Pensar a prática*, 8(1), 85-100.

- Jodelet, D. (2014). *Os processos psicossociais da exclusão*. Em B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 55-67). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Louro, G. L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*.
- Madureira, A. F. A. (2018). *Social Identities, Gender, and Self: Cultural Canalization in Imagery Societies*. In A. Rosa & J. Valsiner (Eds.), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 597-614). Cambridge – UK: Cambridge University Press.
- Musto, M.; Cooky, C.; Messner, M. A. (2017). "From fizzle to sizzle!" *Televised Sports News and the Production of Gender-Bland Sexism*. *Gender & Society, Vol 31 No. 5*, 573–596.
- Oliveira, G.; Cherem, E. H. L.; Tubino, M. J. G. (2008). *A Inserção Histórica da Mulher no Esporte*. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*.
- Pérez-Nebra, A. R. & Jesus, J. G. (2011). *Preconceito, estereótipo e discriminação*. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia social: principais temas e vertentes* (pp. 219-237). Porto Alegre: ArtMed.
- Sardenberg, C. (2017). *Conceituando Empoderamento na Perspectiva Feminista*. Em Santos, D. A.; Cardoso, M. G. C.; Scott, P. (Org.). *Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas públicas e desenvolvimento: algumas leituras fundamentais* (pp. 26-35). Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco
- Scott, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. *Educação e Realidade*. v.20, n.2.
- Silva, T. T. (2000). *A produção social da identidade e da diferença*. Em: T. T. Silva (Ed.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. (pp. 73-102). Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida..* Porto Alegre: Artmed.
- Vianna, J. A.; Lovisolo, H. R. (2011). *A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores*. *Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo*, v.25, n.2, p.285-96.
- Welzer-Lang, D. (2001). *A Construção do Masculino: Dominação das Mulheres e Homofobia*. *Revista Estudos Feministas*.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.